

Tecnologia e Comunicação: reflexões socioculturais¹

Vinicius Suzigan FERRAZ²

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

RESUMO

O presente artigo tem como principal proposta fazer uma pequena revisão bibliográfica com objetivo de refletir sobre algumas abordagens já feitas sobre tecnologia e tentar entender qual é o comportamento dos meios de comunicação nesse processo tecnológico. Assim, a tecnologia é vista aqui como um advento alterador das práticas socioculturais e, nesse sentido, os meios de comunicação não estão longe do alcance dela, estão atrelados e acompanham a evolução imposta por elas.

PALAVRAS-CHAVE: tecnologia; comunicação; sociedade; cultura.

Introdução

É evidente que a tecnologia alterou e continua a alterar os aspectos e as práticas socioculturais. Um rápido olhar à nossa volta é capaz de nos mostrar que a tecnologia é uma característica pertencente às sociedades modernas, à nossa sociedade, e talvez seja por isso que ela tem esse papel social intrínseco: um “paradigma” ou “padrão” característico e embutido na existência, intrínseco à vida cotidiana. Tão intrínseco que ela passa, na maior parte do tempo, despercebida. Essa relação tácita com a tecnologia faz com que exista uma carência de reflexão crítica sobre ela, ou seja, a sua onipresença dá a sensação que de que ela é algo simples e esgotada em si.

A realidade complexa e multifacetada da tecnologia é por vezes soterrada num mundo onde ela é presente na grande maioria das práticas socioculturais. Alguns dispositivos fazem saltar mais aos olhos visões reducionistas de que tecnologia está atrelada somente à inovação e avanço ou à automação dos processos e atividades humanas, visão unilateral sobre o conceito, pois não consegue abarcar a complexidade e as multífaces que a tecnologia carrega, ou seja, o significado que ela representa é muito mais abrangente do que simplesmente falando, o estudo e aplicação da técnica. Rubem Alves nos ajuda:

¹ Trabalho apresentado no GT3 - Comunicação Digital e Tecnologias, do PENSACOM BRASIL 2018.

² Graduado em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo pela PUC-Campinas. Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: vnscferraz@gmail.com

É preciso que se entenda que o advento da tecnologia conscientemente planejada não é, de forma alguma, a simples aplicação de conhecimentos teóricos: como se, de repente, o homem tivesse descoberto a forma de transformar em máquinas os conhecimentos armazenados (ALVES, 2005, p. 8).

Não é apenas isso. Existem outras abordagens a se fazer sobre tecnologia que não se restrinjam apenas a observá-la como relativa ao desenho de artefatos e à planificação da sua realização, operação, ajuste, manutenção e monitoramento, à luz e com auxílio do conhecimento científico. Um outro olhar é aquele que citamos no começo dessa introdução, uma visão filosófica sobre os fenômenos que ela provoca socialmente, cujo o objetivo desse olhar não é designá-la apenas como uma forma de técnica mais evoluída e potente graças à sua associação com a ciência, mas como uma filosofia de vida própria da modernidade. Por fim, um terceiro viés é possível também: a tecnologia como pertencente a uma determinada classe, uma questão de acesso, já que ao pensar a tecnologia como parte indissociável da vida social, ela é um reflexo da sociedade dividida em classes, já que são os tecnocratas que administram e conduzem os rumos tecnológicos e que a tecnologia, pelo menos a de vanguarda, não é para todos, é para poucos.

Assim, nesse mundo moderno, onde a tecnologia é uma filosofia de vida, um avanço na construção e realização da técnica como dispositivo que auxilia as atividades humanas e também é vista como um problema de classes, onde determinadas esferas sociais a detém de forma pioneira, faz-se como objetivo deste artigo pensar como os meios de comunicação se comportam nessa progressão tecnológica.

É bastante visível que os processos comunicacionais, no seu poder de difusão simbólica e sociocultural, acabam sofrendo forte influência com o surgimento das novas tecnologias, pois a mudança tecnológica foi e sempre continuará a ser crucial na trajetória histórica da transmissão cultural: ela altera a base material, assim como os meios de produção e recepção dos quais o processo comunicativo depende, assim como John B. Thompson (2009) nos diz:

O desenvolvimento das novas tecnologias na esfera das telecomunicações e processamento da informação afetou, profundamente, nos últimos anos, as atividades das indústrias da mídia em inúmeros campos, desde a impressão de jornais até a reprodução da música em fita e disco compacto, desde sistemas computadorizados de acesso à informação até a difusão de programas de televisão por satélite (THOMPSON, 2009, p. 267).

Com isso, faremos uma breve revisão bibliográfica sobre as abordagens que alguns pesquisadores já escreveram e produziram sobre tecnologia, a fim de criar terreno para avançarmos a discussão até a comunicação, refletindo sobre como essas novas tecnologias, em especial a internet, alterou as práticas socioculturais e como os meios de comunicação se comportam nesse novo espaço social cibernético: o ciberespaço.

Tecnologia e algumas perspectivas teóricas

Assim como introduzimos anteriormente, a reflexão sobre tecnologia permite vários ângulos de abordagens. Seja a compreensão analítica, fenomenológica ou frankfurtiana, apresentadas na introdução desse artigo, esses ângulos permitem abordá-la de maneiras diferentes, com propósitos diferentes.

Para Alfred N. Whitehead a tecnologia nada mais é do que “a invenção de um método de invenção”. A princípio, parece de um simplismo exacerbado definir a tecnologia como apenas um método e não tentar entender os vários ângulos que o termo oferece. Mas essa definição de Whitehead, citada por Rubem Alves (1968) no livro *Tecnologia e Humanização* dispõe algumas características interessantes sobre as transformações socioculturais e antropológicas que o surgimento desse método pôde acarretar na vida do ser humano.

Uma das idiossincrasias mais relevantes é de que a relação do homem com a natureza, até então no nível do acaso, passa a se subordinar à intenção e projeto humano: “agora a razão descobriu um jeito de penetrar na natureza” (ALVES, 2005, p. 7):

A tecnologia é, em si, uma compreensão nova das condições em que é possível o conhecimento científico: uma nova epistemologia, uma nova teoria do conhecimento. Antes disto o cientista era o observador e catalogador da natureza. Desta tarefa de coleta de dados o homem abstrai e generaliza, chegando à formação de leis. Hume demonstrou, entretanto, que não há garantias teóricas para tal tipo de conhecimento, porque o homem não tem instrumentos para provar que os mecanismos psicológicos de associação de ideias expressem, realmente, a estrutura e as relações do mundo objetivo (ALVES, 1968, p. 8, 2005).

Ou seja, o sujeito e sua subjetividade não é capaz de definir exatamente o mundo objetivo, já que sua sujeição e formação sociocultural influencia na concepção e interpretação da realidade, não atingindo assim a verdade absoluta. A religião é uma

aliada do ser humano nessa tentativa de definir o mundo objetivo nas sociedades pré-modernas. Na opacidade e mistério que circundam as leis de Deus, o homem encontrou um alento para encontrar soluções para o seu destino. Mas esse alento é vago e não consegue preencher o vazio em busca das verdades que necessita. Assim, a perplexidade que o atinge por não ter controle da natureza e, conseqüentemente, do seu destino acaba por acender o estopim para a evolução da técnica. Racha-se então a relação do ser humano com a intencionalidade divina transcendente, antes orientadora da história, e surge a intencionalidade humana imanente, que também não lhe dá a condição de controlar o futuro pelas rédeas da história, mas consegue lhe fornecer um maior controle. O Logos Divino é, então, o princípio da inteligibilidade e a matriz para a evolução da tecnologia, pois transfere das mãos de Deus o poder de controlar o futuro para a mão do ser humano. Nesse caminho, o homem se volta para Deus e se apega ao Logos científico, que irá ajudá-lo a controlar a natureza exterior a ele. A tecnologia acaba por impor uma filosofia do otimismo, já que agora, o ser humano que teme tem subsídios para enfrentar esse mundo que ameaça. Esse ser temeroso se transforma no homem que controla e domina, já que, ao citar Santo Agostinho, essa antiga incapacidade de prever o seu destino levava a evidenciar “o fracasso do homem como técnico da mediação entre o seu presente e o seu projeto” (ALVES, p. 10, 1968).

Esse amadurecimento humano não foi capaz de trazer certezas, mas pôde fornecer esperança, agora que o ser humano era dominador da natureza. A sensação de ter a pena da história em suas mãos veio carregada com o sentimento de liberdade pois “a tecnologia continua a afirmar, assim, que ela tem os instrumentos de análise e sabe como solucionar os problemas humanos” (ALVES, 1968, p. 10).

Esse pensamento utópico perante a tecnologia fez com que Rubem Alves arriscasse a dizer, citando H. Cox, que a evolução técnica libertaria o ser humano de tal forma que teríamos uma nova taxonomia para ele: o “homo ludens” ou o homem que brinca. Essa libertação viria, pois, o papel humano nas sociedades digitais se resumiria à programação e manutenção de equipamentos e máquinas, este que um dia já foi instrumento para a exploração e sujeição operária. Em suas palavras:

Haverá muito menos empregos e os empregos restantes exigirão uma especialização cada vez mais alta, mas, como resultado, poderemos pela primeira vez produzir bens de consumo e serviços de tal forma que nenhuma pessoa necessitará viver em pobreza e privação. Não será mais necessário forçar as pessoas a trabalhar naquilo que o mercado define

como importante: poderemos libertá-las para que elas façam o que quiserem. Com esta independência do processo de produção da colaboração da massa operária, aqueles que uma vez foram operários terão de ser pagos para não trabalhar. Isto é lógico, pois caso contrário eles se tornariam numa classe revolucionária. Isto significa que aqueles que desejassem trabalhar nos empregos definidos pelo mercado poderiam fazê-lo e aqueles cujos talentos não podem ser vendidos, tais como poetas e pintores, estariam livres para viver sem prostituir os seus dons. A divisão tradicional entre trabalho e brinqueado, trabalho e lazer, terminaria (ALVES, 1968, p.11).

Assim, a “humanização do ser humano” seria viável. Essa redundância é explicada pelo fato de que o homem, atualmente, está muito ocupado trabalhando ou muito cansado após o trabalho para se preocupar com questões que, após esse cenário apresentado, seriam corriqueiras. As preocupações seriam outras, portanto o aspecto psicológico, antropológico e conseqüentemente cultural, se alterariam.

Essa alteridade que a tecnologia promove nas relações sociais e na maneira como o ser humano aborda e olha para o mundo é uma característica dos tempos modernos. Para Albert Borgmann (2004 apud CUPANI), tecnologia é um modo, uma filosofia de vida pertencente à modernidade. Ele descarta o caráter instrumental que explica a tecnologia como uma forma de técnica evoluída que só pôde atingir o estágio atual graças à sua associação com a ciência. A tecnologia é o modo tipicamente moderno de o homem lidar com o mundo, uma idiossincrasia atual, característica e limitadora da existência, intrínseco à vida contemporânea. Para ele, a concepção da tecnologia apenas como uma consequência de fatores sociais e políticos atrapalha a compreensão que se deve ter perante ela, prejudicando a visão que, na verdade, ela é um fenômeno básico, distinto e atual. Segundo Alberto Cupani (2004):

Deve-se reconhecer na tecnologia um fenômeno básico, que tem sua chave na existência de dispositivos (devices) que nos fornecem produtos (comodities), ou seja, bens e serviços, quer se trate do aquecedor elétrico, que nos dá calor, do automóvel, que nos permite deslocamento rápido e relativamente livre, ou do aparelho de televisão, que põe ao nosso alcance informação e diversão (CUPANI, 2004, p. 500)

Dispositivo, para Borgmann, é um meio. É o “algo-para” que posteriormente é dividido em outras duas compreensões: a sua maquinaria e sua função. Assim como a sua função é reconhecida pelo usuário, a sua maquinaria nem sempre. A função dos dispositivos é sempre resolver alguma dificuldade, libertar o peso de um esforço mediante a tornar disponível a solução correspondente ou o produto disponível, o que

significa que os dispositivos são facilitadores da vida moderna e que essa disponibilidade pode vir de maneira ubíqua e prática.

Borgmann diz que esse propósito tecnológico não veio numa tentativa ideológica de poder, onde os detentores da tecnologia visam o controle e manipulação social, preposição que iremos demonstrar mais à frente. Alberto Cupani nos ajuda:

Os produtos e seu consumo constituem "a meta declarada do empreendimento tecnológico", assegura Borgmann. Essa meta foi proposta pela primeira vez no início da Modernidade, como expectativa de que o homem poderia dominar a natureza. No entanto, essa expectativa, convertida de em programa anunciado por pensadores como Descartes e Bacon e impulsionado pelo Iluminismo, não surgiu "de um prazer de poder", "de um mero imperialismo humano", mas da aspiração de libertar o homem (da fome, da insegurança, da dor, da labuta) e de enriquecer sua vida, física e culturalmente. Sem levar em consideração esse afã de libertação não se pode entender o padrão da tecnologia que, à maneira de um molde, foi dando forma à sociedade humana nos países industrialmente desenvolvidos (CUPANI, 2004, p. 501).

Esse tipo de enfoque acaba gerando uma falta de compromisso com os dispositivos atualmente. A transição da técnica para a tecnologia transformou, assim, o contexto sociocultural onde os dispositivos são empregados, já que o apelo tecnológico que estes transmitem se findam apenas como dispensáveis.

Esse é o paradigma tecnológico ao qual foi-se referido no começo deste artigo. Por paradigma entendemos como padrão, um conjunto de formas de pensamento que se estabelece durante um determinado tempo, influenciando e transformando a sociedade e cultura. Portanto, Cupani vai dizer que a meta declarada da tecnologia tem como promessa o consumo universal dos produtos:

O sonho de uma vida humana menos penosa e mais rica tem-se transformado numa cultura que visa apenas o lazer derivado de consumir cada vez mais produtos tecnológicos. A vida dentro do "paradigma da tecnologia" resulta sem rumo e, no entanto, impositiva (CUPANI, Alberto, 2004, p. 503).

Albert Borgmann cunhou o conceito de práticas focais, que permite enxergar a tecnologia atual como meros meios. Nesse sentido, a falta de poder simbólico dos dispositivos atuais se restringe a classificá-los como caminhos para determinadas funções, transformando a cultura em pragmática, já que para ele, os dispositivos pré-tecnológicos tinham não apenas a determinação de equacionar uma função, mas também de criar laços socioculturais, aumentando assim o poder simbólico do ato técnico. Assim:

De maneira análoga, tocar um instrumento musical (melhor, se for em companhia de outras pessoas), caminhar em contato com a natureza relativamente virgem, comer em família ou pescar por esporte, constituem outros tantos exemplos de “práticas focais” que dirigem a nossa atenção para coisas (a mesa familiar, o instrumento musical, a natureza...) que não são meros meios para determinados fins, senão fins em si mesmos. Que não são elementos que podem ser colocados ao serviço de qualquer propósito, mas que reservam um propósito próprio. São coisas com que nos comprometemos e que remetem a um contexto social, cultural e ecológico. São coisas profundas, vale dizer, coisas cujos traços são todos, ou na sua maioria, significativos (CUPANI, Alberto, 2004, p. 503).

Assim, o que Borgmann visa com essa abordagem fenomenológica sobre a tecnologia é a práxis sobre os dispositivos, ou seja, que a prática seja transformadora no sentido de tentar recuperar esse aspecto simbólico não somente em nível pessoal ou familiar, mas porque não a nível nacional, modificando a cultura de que os meios atendem a meras funções.

Outro enfoque interessante sobre a tecnologia é a concepção crítica de Andrew Feenberg. Ele, assim como Borgmann - mas por diferentes razões -, também rejeita esse caráter instrumental e material da tecnologia, discordando da visão de Mario Bunge (2004 apud CUPANI) que pensa nela de uma forma analítica, vista apenas como o “campo de conhecimento relativo ao desenho de artefatos e à planificação da sua realização, operação, ajuste, manutenção e monitoramento à luz do conhecimento científico. Ou, resumidamente: o estudo científico do artificial” (Bunge, 1985b, p. 231 apud CUPANI, 2004, p. 504).

Feenberg não enxerga a tecnologia como neutra. Prolongando as análises dos pensadores da Escola de Frankfurt, principalmente de Herbert Marcuse, ele vê na tecnologia o mesmo padrão da luta de classes, uma distinção básica entre os que comandam e os que obedecem. Nesse sentido, a ideia dele é “reconstruir a ideia de socialismo com base numa radical filosofia da tecnologia” (CUPANI, 2004, p. 508). Também concordando com Albert Borgmann, o autor afirma que ela é uma característica da era moderna, constituindo a “estrutura material” da modernidade, portanto, incorporando “valores antidemocráticos provenientes da sua vinculação com o capitalismo e manifestos numa cultura de empresários, que enxerga o mundo em termos de controle, eficiência (medida pelo proveito alcançado) e recursos” (CUPANI, 2004, p. 508).

Assim, o domínio da natureza provido pelo avanço tecnológico não é algo consequencial e livre, mas desenvolvido pelas classes dominantes com propósitos de dominação social. Essa intencionalidade da tecnologia está ligada ainda ao avanço e inovação, mas acaba por privilegiar a classe que detém o controle dela e, assim, colabora Cupani:

Por ser a manifestação de uma racionalidade política, a tecnologia não pode ser modificada mediante reformas morais ou atitudes espirituais (como quer Borgmann, por exemplo). O que se requer é uma modificação cultural proveniente de avanços democráticos (CUPANI, 2004, p. 508).

Para Feenberg, essa racionalidade política da tecnologia se tornou a principal forma de poder contemporâneo, substituindo antigos *modus operandi* que já exerceram esse tipo de controle, como a religião e o nascimento. Os objetos técnicos, dessa forma, assumem forma de objetos sociais, já que os administradores desse controle estratégico possuem “liberdade para tomar decisões independentes, sem considerar os interesses dos agentes subordinados nem da comunidade, ignorando também as consequências ambientais” (CUPANI, 2004, p. 509). Essa autonomia dos rumos tecnológicos é justificada por essa racionalidade intrínseca a ela, amparada na característica “aparentemente” absoluta da justificação pela eficiência:

Com efeito, as decisões tecnológicas parecem adotadas em função da eficiência, que é o valor característico dessa dimensão da vida humana. No entanto, o critério de eficiência não basta para determinar o desenvolvimento tecnológico, pois a própria eficiência pode ser diferentemente definida conforme diversos interesses sociais (CUPANI, 2004, p. 509).

Assim, o avanço técnico nada mais é do que um cenário de luta social, pois a face social da tecnologia não está na lógica analítica desta, onde a análise é sobre as funções e maquinarias destes dispositivos, mas é intrínseca quando pensamos na relação dessa lógica com um contexto social.

A caracterização da eficiência é elevar a técnica ao seu maior desempenho que, numa sociedade capitalista, a medida de eficiência é o lucro. Assim, Feenberg enxerga essa racionalidade como errônea, já que privilegia apenas uma classe social em detrimento de tentar construir uma sociedade mais justa, assim como Cupani nos diz:

Mas a eficiência poderia ser diferentemente concebida num outro código social que respondesse a exigências da vida humana hoje não realizadas e que aparecem em forma de reivindicações econômicas e morais (igualdade de oportunidades, proteção aos descapacitados,

satisfação no trabalho, direito ao lazer...). Procedimentos e artefatos eficientes não precisam fazer abstração de tudo quanto não se refira ao lucro, ao poder, ao consumo e ao “padrão de vida” (CUPANI, 2004, p. 510).

Nesse sentido, a visão de Andrew Feenberg reforça que o capitalismo ou o socialismo burocrático, reforça as estruturas sociais hierárquicas e centralizadas, controlando todos os setores da vida humana “desde cima”, à serviço de interesses privilegiados, inibindo as potencialidades humanas, impondo uma regra dominadora sociocultural.

Essas visões e abordagens sobre tecnologia se fez necessário para avançarmos no pressuposto deste artigo, que é entender como os meios de comunicação e, conseqüentemente, o jornalismo se comportam com os avanços tecnológicos, principalmente com as alterações que o surgimento da rede mundial de computadores, a internet, trouxe consigo.

Mídia e jornalismo na era da internet

O papel simbólico da mídia na tentativa de controlar o comportamento social é bastante evidente. Com o seu poder de difusão, ela acaba, de uma maneira ou outra, estruturando a sociedade através de sua ubiquidade. A mídia está em todos os lugares: a marca e o nome do carro que dirigimos, as informações no rádio ligado no trânsito, as placas de outdoors pela cidade, o jornal lido quase que religiosamente todos os dias, a mensagem enviada através do celular, a marca do refrigerante preferido tomado junto ao almoço, entre outros, são exemplos de como a mídia é intrínseca à vida. Assim, a onipresença dela nos contextos socioculturais culturais são circunstâncias nas quais a sociedade e a cultura passam a ser midiaticizadas.

A comunicação tem uma historicidade que está atrelada evolutivamente com a técnica e, conseqüentemente, com a tecnologia. A ideia primata do ser humano que associou sons e gestos nessa tarefa significadora, é uma das principais características do ser humano, a base da comunicação em geral e, conseqüentemente, da linguagem, essa que não deixa de ser uma técnica, pois são conjuntos de signos que, teoricamente podem ser combinados de infinitos modos. Não se faz necessário aqui perpassarmos toda a evolução histórica da comunicação junto à técnica, mas é fato que o fenômeno da comunicação de massa dependeu estritamente da evolução tecnológica para surgir.

Assim, qualquer abordagem previamente dispostas nesse artigo sobre a tecnologia consegue dar conta de explicar a comunicação e que os dois conceitos estão imbricados.

Partindo do conceito fenomenológico de Albert Borgmann, atrelado aos estudos sociais da mídia, feitos por John B. Thompson (2009), é possível perceber similaridades entre comunicação e tecnologia. Por exemplo, o efeito de mediação também é competente às sociedades modernas, já que a invenção da prensa móvel de Gutenberg, o consequente surgimento da imprensa, o telégrafo, entre outros dispositivos que foram surgindo ao longo da história, culminou na difusão de informações sem precedentes, permitindo a comunicação à distância, o que permitiu um maior número de pessoas a se comunicar e o advento da comunicação em massa (jornal, livro, revistas, etc.) mudou a sociedade agrária e feudal, transformando-a em urbana, criando instituições como o Estado, a esfera pública e a ciência. A acentuação dessa transformação só foi graças a tecnologia. Agora, em vez da comunicação ser face a face, ela é mediada, mudando determinadamente a relação entre os indivíduos. Nesse sentido, os meios, que antes também eram fins, agora deixam de sê-lo para se tornarem dispensáveis numa lógica consumista. As práticas focais se encaixam perfeitamente também, pois enquanto que, no surgimento do advento do rádio e da televisão, a prática familiar era de almoçar em torno de um mesmo aparelho com fins comunicativos/tecnológicos e também sociais, agora se torna obsoleta, já que o consumismo e o excesso de dispositivos acabam distraindo os componentes familiares, levando a essa pragmática funcional.

A concepção crítica de Andrew Feenberg sobre a tecnologia também pode ser comparada com os meios de comunicação. Assim como a racionalidade política e técnica faz com que os detentores da tecnologia (tecnocratas e capitalistas) possam desenvolver o seu domínio sobre determinada classe, na comunicação em massa, o emissor também tem quase todo o controle em relação ao receptor, “tanto que os grupos dominantes se empenham em controlar os meios de comunicação, instrumentos privilegiados de divulgação e persuasão” (SCHLESENER, 2007, p. 10). Atualmente, o advento da internet veio para mudar esse panorama, já que, teoricamente, na comunicação interativa, tanto emissor como receptor influenciam o processo, mas a situação não é a mesma da física.

Para ficar somente nos dois exemplos, é correto dizer que, assim como o avanço tecnológico alterou os processos socioculturais, os produtos simbólicos produzidos e

difundidos pela comunicação midiaticizada também muda os fluxos da cultura e sociedade.

A internet, sem dúvida, foi uma das principais revoluções tecnológicas e comunicacionais que o ser humano já presenciou. Partindo do pensamento McLuhiano de que os meios de comunicação são a extensão do homem, com o advento da internet essa extensão ganhou traços peculiares, assim como nos ajuda Recuero (2000):

A Internet, no entanto, através da Comunicação Mediada por Computador, proporcionou a extensão de várias capacidades naturais. Não apenas podemos ver as coisas que nossos olhos naturalmente não veem. Podemos interagir com elas, tocá-las em sua realidade virtual, construir nosso próprio raciocínio não linear em cima da informação, ouvir aquilo que desejamos, conversar com quem não conhecemos. Fundamentalmente, podemos interagir com o que quisermos (RECUERO, 2000, p. 2).

Na era da internet, essa imbricação entre tecnologia e comunicação parece ter sido mais evidente. Com o aparecimento da rede mundial de computadores, o fluxo de informação aumentou vertiginosamente e os parâmetros para se criar informação mudaram também. Se tratando especificamente de jornalismo, uma das principais alterações quando se trata da seleção e apuração de informação para se criar o produto notícia na era da internet, foi o desuso do termo “The Gate Keeper” - o guardião do portão em português - em alusão ao controlador de informações, a pessoa ou grupo que detinha o controle de informações privilegiadas ou bem apuradas que, em outros tempos, já teve mais importância no papel do editor da redação. Bruno Peixoto (2014) nos ajuda:

No jornalismo online, o conceito de gatekeeping tem se tornado cada vez mais defasado, se é que ainda faz sentido falar sobre o termo do modo como ele foi concebido. As ferramentas de métricas de internet fragilizam este poder intuitivo do jornalista, ao reforçar instantaneamente as tendências online utilizando parâmetros de precisão. É claro que os veículos podem manter posições próprias e filtrar as notícias da mesma forma, mas a grande repercussão de determinados assuntos tem aferição imediata na rede e dificilmente pode ser ignorada pelas empresas que produzem os conteúdos jornalísticos (DEIRO, 2014, p. 45-46)

Segundo o autor, outras transformações e características no jornalismo online³. também surgiram graças à internet Sem nos aprofundar muito, eis algumas delas: a multimídia/convergência, que imputa a necessidade de uso de imagem, texto e

³ Não existe consenso sobre a definição do termo, já que outros autores utilizam webjornalismo, jornalismo eletrônico, jornalismo digital, entre outros.

som nas narrativas jornalísticas e a difusão em múltiplas plataformas e suportes; a interatividade ajuda a integração entre todos os usuários no processo jornalístico; a interconexão de textos por meio de links, chamada de hipertextualidade; a personalização, cuja a função é adaptar o conteúdo aos interesses e preferências individuais; a memória, onde a acumulação de informações e caminhos traçados pelo usuários gera opções de consumo e oferta de produtos, além de possibilidades mais amplas de pesquisas; e a atualização contínua, pois a facilidade de produção e disponibilização favorecem a agilidade que permite uma renovação permanente dos conteúdos, algo que virou uma exigência no jornalismo para a web.

Considerações finais

Ao fazer toda essa trajetória acerca de tecnologia, abordar alguns de seus possíveis vieses, a sua imbricação com os meios de comunicação e, finalmente culminar em algumas características do jornalismo online, podemos afirmar que a possibilidade comunicativa do ser humano sempre esteve atrelada à evolução técnica e, conseqüentemente, tecnológica, para domínio não apenas da natureza, mas também de suas relações socioculturais. Assim, o processo de midiatização nada mais é do que o fenômeno onde sociedade e cultura passam a ser mediadas.

O objetivo deste artigo era propor um viés de pesquisa, explicar alguns conceitos referentes à comunicação social e elucidar questões de cunho epistêmico, além de propor abordagens teóricas condizentes.

Sendo este um artigo de revisão bibliográfica, não se faz aqui necessário colher resultados, aplicar métodos e muito menos chegar a vereditos. Nesse caso, as elucidações feitas entorno de tecnologia, mídia e jornalismo, servem de base para um futuro projeto de dissertação. Sendo assim este artigo será utilizado como base teórica acerca dos conceitos que manejam tal projeto.

Referências

- ALVES, R. **Tecnologia e humanização**. Revista Paz e Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 8, 1968.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CUPANI, Alberto. **A realidade complexa da tecnologia**. Cadernos IHU ideias - Ano XII - V. 12. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2014.

_____. **A tecnologia como problema filosófico: três enfoques.** Sci. stud. [online].

2004, vol.2, n.4, pp.493-518. ISSN 1678-3166. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662004000400003>

DERIO, Bruno Peixoto. **A deontologia profissional do jornalismo no contexto de novas exigências nas redações online.** São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2014.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

RECUERO, Raquel. **A internet e a nova revolução na comunicação mundial.** Porto Alegre, RS: PUC/RS, 2000.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci.** 3. Ed. – Curitiba, PR: UFPR, 2007

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 431 p. ISBN 978832614841.